

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM VISTA À REGULARIZAÇÃO DAS UTILIZAÇÕES DOS RECURSOS HÍDRICOS NO SECTOR AGRÍCOLA

Considerando que:

Ao abrigo do princípio da precaução e da prevenção, previsto na Lei da Água (Lei n.º 58/2009, de 29 de Dezembro), as actividades que tenham um impacto significativo no estado das águas só podem ser desenvolvidas desde que disponham de um título de utilização emitido nos termos e condições previstos nessa mesma Lei e no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio;

O novo regime legal veio conceder aos utilizadores de recursos hídricos que, à data de 1 de Junho de 2007 não dispusessem de título que permitisse essa utilização, um prazo de dois anos para apresentar à autoridade competente o requerimento respectivo, o qual foi prolongado por mais um ano, terminando agora a 31 de Maio de 2010 (Decreto-Lei n.º 137/2009, de 8 de Junho);

Importa garantir que o novo prazo venha permitir que todos os utilizadores dos recursos hídricos, designadamente os agricultores, regularizem as suas situações, nos termos da legislação em vigor;

Considerando ainda que:

As Organizações de Agricultores são estruturas privilegiadas no contacto e na prestação de serviços aos agricultores, com larga experiência na recolha e processamento da documentação necessária para dar resposta às diversas exigências que actualmente se colocam às explorações agrícolas;

As Organizações de Agricultores são estruturas com implantação generalizada nas zonas rurais, permitindo minimizar as deslocações dos agricultores e facilitando a difusão da informação junto destes;

As Organizações de Agricultores poderão ter uma importante colaboração com as Administrações de Região Hidrográfica, evitando uma enorme afluência de utilizadores aos seus serviços, especialmente na proximidade do termo do prazo previsto para a declaração das utilizações existentes não tituladas.

A Confederação tem a si associadas 506 Organizações de Agricultores espalhadas por todo o território nacional;

Entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE: Administração da Região Hidrográfica do Norte, com sede na Rua Formosa, n.º 254, 4049-030 Porto, Administração da Região Hidrográfica do Centro, com sede no Edifício Fábrica dos Mirandas, Avenida Cidade Aeminium, 3000-429 Coimbra, Administração da Região Hidrográfica do Tejo, com sede na Rua Braamcamp, n.º 7, 1250-048 Lisboa, Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, com sede na Estrada das Piscinas, n.º 193, 7004-514 Évora e Administração da Região Hidrográfica do Algarve, com sede na Rua do Alportel, n.º 10 – 2.º, 8000-293 Faro, neste acto representadas pelos seus presidentes, respectivamente Prof. Doutor António José Guerreiro de Brito, Prof. Doutora Maria Teresa Fidélis da Silva, Eng.º Manuel Augusto Ruano Lacerda, Eng.ª Paula Alexandra Faria Sarmento e Silva e Eng.ª Maria Valentina Filipe Coelho Calixto, adiante designado por ARH;

e

SEGUNDO OUTORGANTE: Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas, com sede na Rua Maria Andrade n.º. 13, 1199-013 em Lisboa, pessoa colectiva n.º. 501 652 299 neste acto representada por Eng.º Francisco João Bernardino da Silva e Eng.ª Maria Antónia da Silva Figueiredo, respectivamente Secretário-Geral e Secretária-Geral Adjunta da, adiante designada por CONFAGRI;

É celebrado o presente Protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª.

Objecto

O presente acordo estabelece os termos em que o segundo outorgante presta ao primeiro outorgante os serviços de divulgação junto dos agricultores do cumprimento da legislação em vigor relativa à utilização dos recursos hídricos, bem como de incentivo dos mesmos à obtenção dos títulos de utilização de recursos hídricos exigidos por lei..



Cláusula 2ª.

Deveres das ARH

As ARH obrigam-se a:

1. Elaborar e manter actualizado um Manual de Procedimentos referente à instrução de pedidos de títulos de utilização de recursos hídricos ou da comunicação de utilização de recursos hídricos, contendo nomeadamente minutas de pedido e a listagem da documentação necessária à apresentação dos pedidos para cada um dos casos tipo;
2. Manter a CONFAGRI informada de quaisquer alterações ao Manual de Procedimentos, com 7 (sete) dias de antecedência face à sua entrada em vigor, com excepção de situações de alteração urgente, devendo sempre que possível, ser salvaguardado um prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da entrada em vigor das alterações;
3. Prestar à CONFAGRI, com a possível prontidão, os esclarecimentos de carácter técnico e operacional necessários ao desenvolvimento do presente Protocolo e acompanhar toda a actividade inerente ao seu cumprimento;
4. Ministras aos funcionários responsáveis da CONFAGRI e das Organizações de Agricultores a si associadas a necessária formação;
5. Promover pelo menos três sessões de esclarecimento (no norte, no centro e no sul do País), destinadas a informar os agricultores e suas organizações acerca das obrigações decorrentes do regime de utilização dos recursos hídricos;

Cláusula 3ª.

Prestação de serviços

1 - No âmbito do presente Protocolo, a CONFAGRI e/ou as Organizações de Agricultores a si associadas desenvolverão as seguintes actividades:

- 
- 
- 
- 
- a) Divulgação de informação e esclarecimento de dúvidas relativamente às obrigações associadas à obtenção de títulos de utilização dos recursos hídricos, nos termos da legislação em vigor;
  - b) Recepção de pedidos de títulos de utilização, acompanhados dos documentos necessários à instrução dos processos;
  - c) Envio dos pedidos e documentação anexa para a Administração de Região Hidrográfica (ARH) competente na área territorial a que respeite o pedido.

2 - A CONFAGRI obriga-se ainda a:

- a) Apresentar uma listagem das Organizações de Agricultores a si associadas que tenham manifestado interesse em prestar os serviços previstos na Cláusula 1ª. e respectivos contactos (endereço, endereço electrónico, telefone, telefax e nome da pessoa a contactar para o efeito);
- b) Exercer a prestação de serviços exclusivamente nas Organizações de Agricultores e endereços por si devidamente declarados às ARH,, salvo se for tomada por estas uma decisão em sentido diverso, por escrito;
- c) Assegurar o exercício da prestação de serviços com carácter permanente, ou ocasional quando devidamente autorizado pelas ARH , garantindo o funcionamento de cada entidade de si dependente para este efeito;
- d) Comunicar às ARH a cessação do exercício da prestação de serviços relacionada com o objecto do presente Protocolo por qualquer um dos técnicos indicados às ARH;
- e) Assumir a responsabilidade pela correcta intervenção dos seus técnicos ou dos técnicos das Organizações de Agricultores a si associadas, no que respeita à divulgação de informação relativa à prestação de serviços e ao preenchimento e recepção dos processos de pedido de títulos de utilização de recursos hídricos ou de comunicação de utilização de recursos hídricos;
- f) Organizar as acções de formação e sessões de esclarecimento a que se referem os números 4 e 5 da Cláusula 2ª, nomeadamente através da divulgação das mesmas, do contacto e inscrição dos interessados e da disponibilização de instalações adequadas.

Cláusula 4ª.

Especificação da divulgação de informação e apoio aos agricultores

No âmbito da divulgação de informação e apoio aos agricultores na legalização de utilizações, e sem prejuízo de outras actividades a desenvolver, a CONFAGRI deverá:

- 
- 
- 
1. Informar os agricultores sobre as obrigações a que estão sujeitos e as sanções legalmente estipuladas para os casos de incumprimento;
  2. Disponibilizar aos agricultores as minutas necessárias à instrução dos processos e informação sobre a documentação necessária para acompanhar o processo.
  3. Receber os pedidos de utilização dos recursos hídricos entregues pelos agricultores ou seu representante, pessoalmente ou remetidos por correio.

Cláusula 5ª.

Acompanhamento

- 1 - É criada uma comissão de acompanhamento, composta por dois representantes da CONFAGRI e um representante de cada ARH, a qual reunirá ordinariamente uma vez por trimestre ou extraordinariamente quando for convocada por qualquer dos seus membros.
- 2 - Compete à comissão de acompanhamento avaliar o trabalho desenvolvido e envidar os esforços necessários para a resolução de quaisquer dificuldades que venham a registar-se.

Cláusula 6ª.

Encargos financeiros

- 1 - Pelo exercício das actividades objecto do presente Protocolo, as ARH, através da ARH do Tejo, pagam à CONFAGRI um montante que não poderá ultrapassar € 75.000,00 (setenta e cinco mil euros).
- 2 – O montante referido no número anterior é pago nos seguintes termos:
  - a) € 35.000,00 (trinta e cinco mil euros) após a celebração do presente Protocolo;
  - b) O remanescente, até ao montante máximo de € 40.000 (quarenta mil euros), é pago em função da recepção nas ARH de pedidos de emissão de títulos de utilização devidamente instruídos enviados pela CONFAGRI, de acordo com a seguinte tipologia:
    - i) Por cada comunicação de utilização - 2,00 € (dois euros);
    - ii) Por cada pedido de autorização - € 3,00 (três euros);
    - iii) Por cada pedido de licença - € 15,00 (quinze euros);
    - iv) Por cada pedido de concessão - € 30,00 (trinta euros).
- 3 – Os montantes referidos na presente cláusula são acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 7ª.

Sigilo

A CONFAGRI garantirá o sigilo relativamente a todas as informações de que os seus trabalhadores ou terceiros por sua conta, venham a tomar conhecimento no exercício da prestação de serviços objecto do presente Protocolo.

Cláusula 8ª.

Garantias de imparcialidade

A CONFAGRI assegura que os respectivos responsáveis pela realização da prestação de serviços exercem as funções objecto do presente Protocolo de modo a cumprir a disposto no artigo 44º do CPA no que respeita às garantias de imparcialidade.

Cláusula 9ª.

Período de vigência e denúncia

O presente Protocolo produz efeitos a partir do dia seguinte à sua assinatura e vigorará até 30 de Junho de 2010, podendo ser prorrogado, por vontade de ambas as partes.

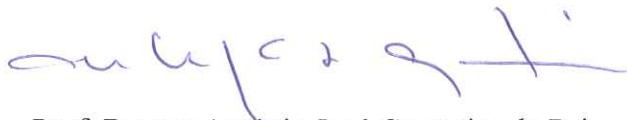
Cláusula 10ª.

Havendo justa causa, o presente Protocolo poderá ser denunciado, por forma escrita, a qualquer momento, por qualquer das partes, com 30 (trinta) dias de antecedência.

Lisboa, 9 de Outubro de 2009

PRIMEIRO OUTORGANTE

Presidente da Administração da Região Hidrográfica do Norte



Prof. Doutor António José Guerreiro de Brito,

Presidente da Administração da Região Hidrográfica do Centro



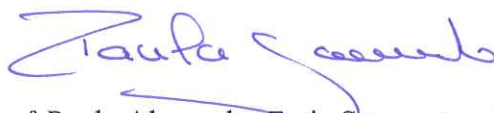
Prof. Doutora Maria Teresa Fidélis da Silva

Presidente da Administração da Região Hidrográfica do Tejo



Eng.º Manuel Augusto Ruano Lacerda

Presidente da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo



Eng.ª Paula Alexandra Faria Sarmento e Silva

Presidente Administração da Região Hidrográfica do Algarve



Eng.ª Maria Valentina Filipe Coelho Calixto

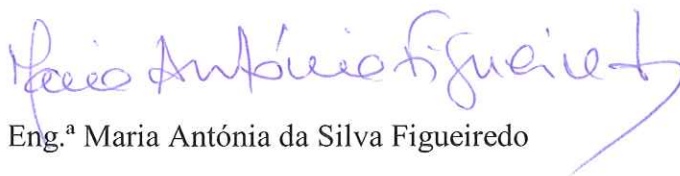
SEGUNDO OUTORGANTE

Secretário-Geral da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas



Eng.º Francisco João Bernardino da Silva

Secretária-Geral Adjunta da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas



Eng.ª Maria Antónia da Silva Figueiredo